

**Atena**  
Editora

Ano 2020

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

MARCOS AURÉLIO ALVES E SILVA  
(ORGANIZADOR)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

MARCOS AURÉLIO ALVES E SILVA  
(ORGANIZADOR)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte** Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão** Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Formação de professores: perspectivas teóricas e práticas na ação docente

2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Marcos Aurélio Alves e Silva

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
F723	<p>Formação de professores [recurso eletrônico] : perspectivas teóricas e práticas na ação docente 2 / Organizador Marcos Aurélio Alves e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-223-4 DOI 10.22533/at.ed.234202707</p> <p>1. Educação. 2. Prática de ensino. 3. Professores – Formação. I. Silva, Marcos Aurélio Alves e.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O e-book “Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente” é uma obra composta por vários trabalhos com traços relevantes no que concerne a discussão da temática da formação de professores. Apresenta relatos que propiciam uma leitura convidativa que tange abordagens teóricas e práticas da formação inicial a formação continuada dos docentes.

Neste sentido, o livro tem como objetivo central em apresentar de forma clara, os estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. No segundo volume é contido escritos que abordam questões da profissionalização docente em seu âmbito de atuação com ênfase, em especial, as temáticas da tecnologia, inclusão, gestão, avaliação e política educacional. Ainda neste volume, é possível encontrar relatos que apontam para os cursos de formação de professores, a partir das práticas que nestes estão inclusas.

O terceiro volume é marcado de modo particular, por debates que enfatizam o professor nas várias modalidades de ensino e o construto de sua identidade enquanto profissional. Também é possível apreciar os trabalhos realizados na atuação do professor em sala de aula, diante dos recursos e metodologias que contribuem na dinâmica do processo de ensino-aprendizagem.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles que de alguma forma se interessam pela temática da formação de professores. Possuir um material que discuta as questões relacionadas a essa temática é muito relevante, pois adentra nos aspectos da profissionalização de uma categoria marcada de características ao longo do tempo.

Deste modo o e-book “Formação de Professores: Perspectivas Teóricas e Práticas na Ação Docente 2 e 3” apresentam uma teoria bem fundamentada nos resultados obtidos pelos diversos professores e acadêmicos que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui são apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores expor e divulgar seus resultados.

Marcos Aurélio Alves e Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA DÉCADA DE 80	
Francisca Risolene Fernandes Jocilania Souza da Silva Sandra Dias Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
A IMPORTÂNCIA DAS TECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES	
Rita Maria Sousa Franco Dania Rafaela Ferreira Carvalho José Carlos de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A [IN]VISIBILIDADE DA BRINQUEDOTECA UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Frankson Santiago Reis Patrícia do Socorro Chaves de Araújo Tadeu João Ribeiro Baptista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
A UTILIZAÇÃO DO DIÁRIO ÍNTIMO NO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I – DESCRIÇÕES DE UM PROCEDIMENTO À LUZ DA ISD	
Elaine Cristina Ferreira de Oliveira Fabiana Ap. da Silva Andrade Vinícius Cineli Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA COMO PROTAGONISTAS EM PROJETOS LITERÁRIOS	
Maria Solene Santiago Sara Emanuelle Santiago da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
AS TECNOLOGIAS NA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS	
Maria Selta Pereira Maria Vanessa Correia Barbosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
AVALIAÇÃO COMO UMA RELAÇÃO DE PODER	
Cleonaldo Pereira Cidade Diana Oliveira Santos Bomfim Charlene Ferreira dos Santos Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2342027077</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 74**

BASE NACIONAL COMUM: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE BARUERI – GRANDE SÃO PAULO. EM CONTEMPLAÇÃO A BASE NACIONAL CURRICULAR

Rosângela da Silva Camargo Paglia

**DOI 10.22533/at.ed.2342027078**

**CAPÍTULO 9 ..... 86**

CLICANDO A CIDADE: ENSINO INTERDISCIPLINAR DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO POR MEIO DE FOTOGRAFIAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Marluce Bruna Ferreira da Silva

Iury de Almeida Accordi

Andréia Ambrósio-Accordi

**DOI 10.22533/at.ed.2342027079**

**CAPÍTULO 10 ..... 98**

DOCENTES NÃO DOENTES: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DE QUEM EDUCA

Michelli Pires Goes

Iury de Almeida Accordi

Andréia Ambrósio-Accordi

Sandra Pottmeier

**DOI 10.22533/at.ed.23420270710**

**CAPÍTULO 11 ..... 109**

EDUCAR GENÉTICA: INSTRUMENTOS DIDÁTICOS PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DAS LEIS DE MENDEL

Vitória Beatriz Rocha Gomes

Nayara Gonçalves de Sousa

Larisse dos Santos Fernandes

Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda

Francisco de Assis Diniz Sobrinho

**DOI 10.22533/at.ed.23420270711**

**CAPÍTULO 12 ..... 121**

FACES DA EXCLUSÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: COM A PALAVRA, OS CUIDADORES

Katyanna de Brito Anselmo

**DOI 10.22533/at.ed.23420270712**

**CAPÍTULO 13 ..... 130**

FORMAÇÃO 'IN LOCO': DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Fernanda Pereira da Silva Andrade

Jozaene Maximiano Figueira Alves Faria

**DOI 10.22533/at.ed.23420270713**

**CAPÍTULO 14 ..... 137**

FORMAÇÃO CONTINUADA EM MÍDIAS NA EDUCAÇÃO: DESVELANDO OS VIESES TEÓRICOS QUE CONDUZIRAM TAL PROCESSO FORMATIVO

Luan Henrique Alves

Jacks Richard de Paulo

**DOI 10.22533/at.ed.23420270714**

**CAPÍTULO 15 ..... 150**

FORMAÇÃO DOCENTE, PERSPECTIVAS LEGAIS E INCLUSÃO ESCOLAR: UMA BREVE REVISÃO TEÓRICA

Ana Luiza Barcelos Ribeiro  
Thamires Gomes da Silva Amaral Lessa  
Bianka Pires André

**DOI 10.22533/at.ed.23420270715**

**CAPÍTULO 16 ..... 163**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA SOCIEDADE DIGITAL: UMA OFICINA PEDAGÓGICA NA DISCIPLINA DE MÍDIAS EDUCACIONAIS

Amadeu Albino Júnior  
Maria da Glória Fernandes do Nascimento Albino  
Margareth Santoro Baptista de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.23420270716**

**CAPÍTULO 17 ..... 175**

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO IFPA: DESEMPENHO ACADÊMICO NO CURSO DE PEDAGOGIA

Ana Maria Leite Lobato  
Rita de Cassia Malato Ribeiro Araújo  
Natasha Mendonça Nogueira

**DOI 10.22533/at.ed.23420270717**

**CAPÍTULO 18 ..... 184**

GESTÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Elizabeth de Fátima da Silva Mattas

**DOI 10.22533/at.ed.23420270718**

**CAPÍTULO 19 ..... 199**

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO DE QUÍMICA: DESENVOLVIMENTO DE UM KIT DIDÁTICO PARA O ESTUDO DA TEORIA DA DISSOCIAÇÃO ELETROLÍTICA DE ARRHENIUS

Evellyn Delgado Pereira de Araújo  
Maria das Graças Negreiros de Medeiros  
Vanúbia Pontes dos Santos  
Adiel Henrique de Oliveira Pontes  
João Batista Moura de Resende Filho  
Janaína Aguiar Peixoto

**DOI 10.22533/at.ed.23420270719**

**CAPÍTULO 20 ..... 213**

MATEMÁTICA EM FOCO NO CONTEXTO DO EXERCÍCIO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E NA PERSPECTIVA DA ABORDAGEM DA LUDICIDADE

Igor de Souza Pereira  
Rodiney Marcelo Braga dos Santos  
Rosangela Pereira de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.23420270720**

**CAPÍTULO 21 ..... 227**

OS CURSOS DE LICENCIATURA DO MARANHÃO E OS INDICADORES DE QUALIDADE DO CPC

Ana Lúcia Cunha Duarte  
Ana Beatriz Frazão da Silva  
Vitória da Silva Souza  
Rafael Mendonça Mattos

**DOI 10.22533/at.ed.23420270721**

**CAPÍTULO 22 ..... 237**

PLANOS, SEQUÊNCIAS E ABSTRAÇÕES: A CINEMATOGRAFIA E A EDUCAÇÃO

Luís Gustavo da Conceição Galego

Fernando Lourenço Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.23420270722**

**CAPÍTULO 23 ..... 252**

RELATO DA EXPERIÊNCIA COM O MOVIMENTO DE APRENDER E ENSINAR GEOGRAFIA: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Jacks Richard de Paulo

Stela Maris Mendes Siqueira Araújo

Wellington Rodrigo Ferreira

**DOI 10.22533/at.ed.23420270723**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 263**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 264**

## BASE NACIONAL COMUM: A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O ENSINO MÉDIO NA CIDADE DE BARUERI – GRANDE SÃO PAULO. EM CONTEMPLAÇÃO A BASE NACIONAL CURRICULAR

Data de aceite: 01/07/2020

**Rosângela da Silva Camargo Paglia**

**RESUMO:** O foco de estudo e pesquisa, do trabalho, consiste em analisar o processo de elaboração e implementação da Base Comum Curricular para o Ensino Médio. Esse segmento da educação tem sido objeto de muitos estudos e de críticas ao longo da história, indicando a fragmentação do tempo escolar e apontado a dispersão das disciplinas. Nesse sentido, para a elaboração da BNCC, é indispensável uma discussão aprofundada das finalidades e da formação desejada para os jovens do Ensino Médio, definindo uma estrutura curricular adequada. Nosso primeiro movimento foi identificar os agentes políticos públicos e privados que tem atuado na liderança, para a execução da Base Nacional. Observa-se que a BNCC, embora se apresente como uma proposta de documento completo, e complexo, formado por áreas, componentes curriculares e tendo, objetivos de aprendizagem, não se mostra suficiente para que o Sistema de Educação Brasileiro garanta os fins aos quais se propõe, como o direito de todos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento humano. O Brasil possui

uma vasta diversidade cultural que não pode ser esquecida na hora de elaborar o que deve ser comum a todos os nossos jovens, o que vem criando muitas controvérsias. De caráter qualitativo, o trabalho está sendo realizado na rede de ensino estadual na cidade de Barueri. Temos um Ensino Médio engessado o que dificulta essa etapa do ensino/ aprendizagem, inviabilizando a qualidade. É necessário pensar na formação profissional dos jovens, na participação cidadã, politizada, formação para a pesquisa, e no crescimento nessa fase da vida do jovem em função de seu sujeito.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo. Ensino Médio. Aprendizagem

**ABSTRACT:** The focus of study and research, of the work, consists of analyzing the process of elaboration and implementation of the Common Curricular Base for High School. This segment of education has been the subject of many studies and criticisms throughout history, indicating the fragmentation of school time and pointing to the dispersion of disciplines. In this sense, for the elaboration of the BNCC, it is essential to have a thorough discussion of the purposes and the desired training for young people in high school, defining an adequate curricular structure. Our first move was to identify the public and private

political agents that have been acting in the leadership for the execution of the National Base. It is observed that the BNCC, although presented as a proposal for a complete and complex document, formed by areas, curricular components and having learning objectives, is not sufficient for the Brazilian Education System to guarantee the purposes for which it is intended. proposes, as the right of all to Learning and Human Development. Brazil has a vast cultural diversity that cannot be forgotten when it comes to elaborating what must be common to all our young people, which has created many controversies. Qualitative, the work is being carried out in the state school system in the city of Barueri. We have a high school cast, which makes this stage of teaching / learning difficult, making quality impossible. It is necessary to think about the professional training of young people, citizen participation, politicization, training for research, and the growth in this phase of the young person's life according to his subject.

**KEYWORDS:** Curriculum. High school. Learning.

## INTRODUÇÃO

O século XX foi o século de grandes conquistas que possibilitaram o resgate do cidadão como agente de transformações sociais, foi também o século do reconhecimento dos “Direitos Humanos e dos Direitos dos Povos” ( SANTOMÉ, 2013, p. 70).

A contemporaneidade proporciona a toda à sociedade o desafio de superar todas as formas de discriminação e exclusão em práticas, ações, espaços e políticas. No âmbito da educação, novas exigências estão sendo postas para garantir o direito à aprendizagem e ao desenvolvimento de todas as pessoas, levando em conta suas diferenças de nível sócio econômico, raça, pertencimento étnico, idade, gênero, sexualidade, condição física, sensorial ou intelectual, em espaços urbanos e rurais.

O pensamento educacional, bem como as políticas públicas relacionadas à formação integral, gestadas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, revelaram a necessidade de construção de uma nova identidade para a escola fundamental, sendo uma das principais condições para a integração das crianças a vida escolar.

Nesse contexto coloca-se a necessidade de repensar a escola para responder às singularidades dos sujeitos individuais e coletivos. A educação é assegurada como um direito social e como um direito de todos, conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigos 6º e 205). A efetivação desse direito implica em dar ênfase ao desenvolvimento dos educandos, assegurando-lhes formação para o exercício da cidadania, ao longo da vida, que contemple o reconhecimento e valorização da diversidade humana e a perspectiva inclusiva.

O direito subjetivo à educação básica se efetiva nas etapas (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e nas modalidades (educação de jovens e adultos, educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, escolar quilombola,

educação profissional técnica), em escolas urbanas e rurais.

No Brasil a lei que determina as normas e regulariza a situação do ensino é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96), conhecida como “Lei Darcy Ribeiro”, em póstuma homenagem ao seu criador. A Lei sancionada pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso em vinte de dezembro de 1996, promulgação da primeira LDB e, em substituição a outro projeto que tramitou no Congresso Nacional por oito anos (1988 a 1996), elaborada por grandes educadores, entre estes, o Deputado Federal do Partido dos Trabalhadores (PT), Professor Florestan Fernandes (1920 – 1995). A nova LDB gerou muita polêmica, pois possibilita ainda hoje diversas interpretações e omite assuntos importantes.

De acordo com o autor Saviani (1997) as faces negativas da LDB, são: a visão relativamente obsoleta de educação, na qual a mesma não passa do mero ensino; sua postura ultrapassada; os atrasos eletrônicos; problemas com o mundo do trabalho e, sobre a universidade, Pedro Demo, no livro “A nova LDB: ranços e avanços” declara que talvez não fosse exagero propor que a parte mais “caduca” da LDB é sua visão de educação superior. Ainda no mesmo livro, Pedro Demo afirma que “de um Congresso ultrapassado, como o nosso: só podia sair uma lei antiquada” (DEMO, 1997, p. 95).

Para Demo já no século XX dizia que a falta de percepção do desafio reconstrutivo do conhecimento, com qualidade formal e política, continua ser uma ferida aberta na história nacional e que o maior atraso histórico do Brasil não está na economia, reconhecida como já importante no mundo, mas na educação, e, se isto não for resolvido, ficaremos para trás e a primeira premissa é o resgate do professor básico, como sujeito capaz de propor, cutucar toda a sociedade para uma reflexão sobre o caminho da educação, da importância da figura do professor em nosso país.

Segundo Demo, a formulação da LDB é branda, indicando o caminho futuro para escola de tempo integral como algo que a sociedade irá exigir naturalmente, o que presenciamos nos dias atuais. Uma lei de educação precisa ser curta, para não dizer besteiras demais e insistir em propostas flexíveis, para não atrapalhar a vontade de aprender.

De acordo com o autor, a LDB tem algo disso, embora tenha predominado o peso histórico dos interesses em jogo. Não obstante todas as cautelas críticas, vale assinalar que o texto da Lei está imbuído de grande interesse pela flexibilização da organização dos sistemas educacionais, seguindo aí uma coerência necessária: não se pode educar bem dentro de uma proposta organizativa já em si deseducativa.

Assim, os pontos positivos são menos significantes que os negativos, porque a LDB não foi uma inovação, possui sim alguns componentes interessantes, mas, no todo, possui uma visão tradicional, que impede o desenvolvimento da qualidade educativa e na sua elaboração predominou o interesse da elite em manter a ignorância da população, pois a LDB é uma lei de muita importância, que envolve muitos interesses orçamentários e

interfere em instituições públicas e privadas de grande relevância nacional como escolas e universidades, assim sendo, não teria condições de passar com um texto avançado, suprimindo todas as necessidades dos educadores e educandos ( DEMO, 1997).

Porém não podemos esquecer, que mesmo com todas as lacunas e falhas na LDB, sua elaboração, teve um papel importante para a educação nacional e foi um passo significativo que demos em direção a uma educação para todos, mesmo que não tenhamos atingido o objetivo completo, não temos como negar que a criação da LDB significou um marco na educação brasileira, mas hoje o que está exposto na LDB, que deixa muitas margens para várias interpretações deve ser repensada em virtude dos momentos difíceis que a Educação Nacional vem vivenciando.

Hoje precisamos repensar em uma nova educação para uma nova sociedade, mas sem nenhuma demagogia e que realmente atinja a todas as crianças da classe (A) a (E), sem nenhuma distinção, que todos possam ter as mesmas condições de aprender, as mesmas informações em todo o canto do país. Sabemos que o Brasil é um país de grande diversidade social, cultural, mas é necessário repensar o Ensino Fundamental como está, o que deve ser reformulado, como o educador pode ser preparado para essa nova etapa na educação e não podemos esquecer que devemos contar com a participação do educador/professor nessa nova fase que está sendo construída.

Diante desse panorama Nacional, o nosso questionamento, incertezas e angústias nos faz pensar como será a implantação da BNCC no município a pesquisar, a cidade de Barueri, uma vez que percebe-se que a construção da BNCC envolve alguns grupos a nível Federal, com interesses divergentes, obscuros do que almeja os educadores. O professor que está à frente da educação, em sala de aula com o aluno, não foi ouvido, não sabe o que está sendo discutido para a implantação de um movimento novo e tão importante para o país. Entendemos que o principal agente de transformação que deveria participar da elaboração, construção da BNCC, não foi se quer ouvido.

**1º Movimento** - Por que ter uma Base Nacional Comum? No 1º movimento devemos fazer um estudo histórico da educação nacional, focando o “currículo” nas diversas fases da educação. Assegurar que todo estudante brasileiro, em todas as regiões do país, tenha garantido o acesso à aprendizagem de conhecimentos fundamentais, promovendo maior coerência em todo o sistema educacional. Esse é o objetivo que se pretende atingir por meio da Base Nacional Comum da Educação, conforme determinado no Plano Nacional de Educação (PNE). De acordo com criadores da Base Nacional Comum, a necessidade de sua criação faz necessária para reduzir as desigualdades educacionais de uma nação.

Ao definir o que é essencial ao ensino de todos os alunos em cada uma das etapas da vida escolar, as expectativas de aprendizado e critérios de qualidade ganham transparência e podem ser aplicadas e cobradas com maior eficiência. Além disso, ter um currículo nacional permite que as escolas possam trocar boas práticas educacionais e até reduzir custos, já que materiais didáticos serão desenvolvidos e adquiridos em maior

escala. É importante destacar que a base pretende se concentrar no que os estudantes precisam aprender e não em como ensinar, função que segue sendo responsabilidade irrevogável de professores e gestores.

Os alunos, por sua vez, terão garantidos o direito de aprender um conjunto essencial de conhecimentos e habilidades onde quer que estejam, de norte a sul do país. Neste sentido, parte do currículo poderá ser preenchida com assuntos locais, o que também faz da base um instrumento efetivo da preservação e valorização da cultura regional dos quatro cantos do Brasil.

Por fim, a adoção de um currículo único também ajudará o país a definir, como nação, o que quer que seus jovens aprendam. Hoje, quem define isso são os índices dos livros didáticos e as avaliações padronizadas, como a Prova Brasil e o Enem, já que as escolas definem o que vão ensinar a partir do que é cobrado nestas provas. Com a base, são as provas que terão que se adaptar ao ensino.

Com a Base Nacional Comum, pais e responsáveis terão acesso, de forma transparente, aos conhecimentos e habilidades que os alunos deverão saber ao final de cada ano letivo. Isso facilitará tanto o papel da família, que acompanhará mais de perto o desempenho dos filhos, como também dos professores, que planejarão melhor as aulas, as trocas de experiências e as avaliações, identificando deficiências e soluções com mais agilidade.

Além disso, também haverá ganhado com o alinhamento de todo o sistema educacional, seja ele público ou privado, de qualquer região do país. Na opinião de vários especialistas, a base será a espinha dorsal do sistema educacional brasileiro e servirá como referência comum para a formação de professores, a produção de material didático e desenvolvimento de metodologias de avaliação.

Hoje devemos ter claro e procurar passar aos nossos educadores que a adoção de uma base comum é uma tendência internacional. Estados Unidos, Austrália, Chile e Reino Unido são apenas alguns dos países que construíram e implementaram recentemente seus padrões curriculares nacionais, e o Brasil precisa correr atrás do atraso que o país vivencia na educação nacional.

O Ministério da Educação (MEC) iniciou a redação do documento em junho de 2015, em colaboração com membros das secretarias municipais e estaduais de educação, acadêmicos especialistas nas disciplinas, professores de educação básica, conforme orientação e embasamento com o cronograma do Plano Nacional da Educação (PNE), o documento finalizado seguiu para apreciação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em junho de 2016. Assim, ainda não é possível prever quando a Base Nacional Comum entrará em vigor efetivamente no Brasil, mas sabemos que será um grande salto para a educação nacional e que precisaremos de muitos investimentos em todos os seguimentos para que venha a funcionar com qualidade e efetivação.

Além de delinear esses fundamentos, a base impactará em diversas outras políticas

no âmbito educacional, tais como a formação de professores, a elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a produção de materiais didáticos. De acordo com Aléssio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), “a Base Nacional Comum é um pilar para reestruturar todo o sistema educacional do país, indo em direção ao Sistema Nacional de Educação”.

**2º Movimento** – Como Ficará O Ensino Médio com a Nova Base Nacional Comum? A definição do ensino médio como parte na educação básica, constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fortaleceu a noção de que ele compõe uma formação geral à qual todos e todas devem ter acesso. A LDB (1996) e o Plano Nacional de Educação (2014) determina que o governo federal estabeleça uma Base Nacional Comum Curricular (BNC) para todas as etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio). Essa educação é um direito.

Um documento final com a segunda versão, com o consenso sobre o assunto foi finalizado no segundo semestre 2016, certamente ocasionará um impacto no planejamento das escolas, na formação inicial dos docentes, no sistema de avaliação e nos materiais didáticos. “Por isso se trata de um dos temas de maior magnitude envolvendo o ensino médio atualmente”, segundo o professor Ítalo Dutra, da Diretoria de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC).

A partir da promulgação da lei nº 13.005/ 2014, que institui o Plano Nacional de Educação para a próxima década, coube ao Ministério da Educação à coordenação de trabalhos que deveria elaborar a proposta num prazo de dois anos, a partir da promulgação da Lei de Direitos e Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, que configuram a base nacional comum.

O grande desafio que percebemos até o momento, são os tensos e calorosos debates, gerando uma discussão mais a nível das Universidades, pesquisadores e um pequeno grupo que foi selecionado para discutir e construir a Base nacional comum. “A ideia é que essencialmente as escolas e a comunidade escolar fossem consultadas, no sentido de construir uma base nacional comum que valorize principalmente aos profissionais de educação que atuam na escola de educação básica”. Precisamos enquanto educadores estar refletindo acerca do que precisam saber o nossos jovens e nossas crianças quando saírem da escola.

Art. 26. Da LDB - O Ensino Médio, etapa final do processo formativo da Educação Básica, é orientado por princípios e finalidades que preveem:

I– a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II– a preparação básica para a cidadania e o trabalho, tomado este como princípio educativo, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de enfrentar novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;

III– o desenvolvimento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e estética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV– a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos presentes na sociedade contemporânea, relacionando a teoria com a prática.

§ 1º O Ensino Médio deve ter uma base unitária sobre a qual podem se assentar possibilidades diversas como preparação geral para o trabalho ou, facultativamente, para profissões técnicas; na ciência e na tecnologia, como iniciação científica e tecnológica; na cultura, como ampliação da formação cultural.

§ 2º A definição e a gestão do currículo inscrevem-se em uma lógica que se dirige aos jovens, considerando suas singularidades, que se situam em um tempo determinado.

§ 3º Os sistemas educativos devem prever currículos flexíveis, com diferentes alternativas, para que os jovens tenham a oportunidade de escolher o percurso formativo que atenda seus interesses, necessidades e aspirações, para que se assegure a permanência dos jovens na escola, com proveito, até a conclusão da Educação Básica.

Como professora, pesquisadora entendo que as tarefas da escola vão além das aspirações de preparar para o trabalho, embora ela contribua para essa tarefa. Se pretendemos formar para a cidadania, a educação média deve atualizar se dentro do contexto histórico, social e tecnologicamente os jovens cidadãos. Isso implica a preparação para o bem viver, dotando o aluno de um saber crítico sobre o trabalho alienado, e essa é a nossa função como educador/professor.

Como última etapa da educação básica, o Ensino Médio tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além de possibilitar o prosseguimento de estudos. No artigo 35 da LDB fica claro também que a finalidade do Ensino Médio é “a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo que seja capaz de se adaptar com flexibilidade as novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Tais dispositivos legais deixam à mostra a própria condição desse grau de estudos de se relacionar com dois outros níveis de ensino. O Ensino Médio é o que está no meio, entre o Fundamental e o Superior. Essa condição de estar no meio configura esse nível de ensino como despido de identidade própria, “uma criança sem um pai definido”, especialmente pelo caráter homogeneizador causado pelo vestibular, ou melhor, pelo processo seletivo para ingresso no Ensino Superior.

Segundo a reforma, é preciso dar uma identidade ao Ensino Médio. Identidade que será construída com base em um conceito que entenda esse nível de ensino como aquele que contempla a formação geral sólida e a preparação básica para o trabalho.

A identidade do Ensino Médio, na atual reforma, será constituída pedagogicamente com base em um currículo diversificado e flexibilizado. Esse é considerado o grande eixo das mudanças no Ensino Médio. Socialmente, a identidade do Ensino Médio estará

condicionada à incorporação das necessidades locais – características dos alunos e participação de professores e famílias na configuração do que é adequado a cada escola.

O novo currículo envolve a base comum nacional e a parte diversificada, com conteúdo e habilidades a serem definidos clara e livremente pelos sistemas de ensino e pelas escolas, dentro dos princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, como forma de adequação às necessidades dos alunos e ao meio social (art. 7).

Devemos lembrar, todavia, que o discurso da diversificação e da flexibilização não é novo, uma vez que está presente na Lei no 4024/61 e na Lei no 5692/71. Nesses casos, a diversificação e a flexibilização perderam-se na trajetória, no processo de implementação das reformas. Acontece que, do nível nacional à unidade escolar, tem se chegado, quase sempre, a um currículo único.

A descentralização, inclusive, pressupõe uma concepção diferente de professor. Este seria compreendido como agente do currículo, e não como transmissor de uma cultura selecionada por outros. Além disso, a normatização curricular dos conselhos de educação e os livros didáticos colaboram significativamente para a padronização curricular.

Como se observa no Parecer no 15/98, que acompanha a Resolução CEB/CNE no 3/98, enquanto a LDB dá direções mais duradouras da educação nacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), por estarem mais próximas da ação pedagógica, funcionam como indicações que possibilitam acordos de ações e requerem revisões frequentes. A concepção de currículo a que se filiam (parecer e resolução) não o entende como algo pronto e acabado, definido por especialistas, mas compreende a escola como produtora de currículo, com professores que definem o que, como ensinar e por que ensinar tal ou qual conteúdo. Essa é uma questão extremamente significativa do ponto de vista da teoria curricular, mas que, certamente, precisa levar em conta a realidade escolar brasileira e as relações que se dão no âmbito da escola, uma vez que parece existir um descompasso entre essa nova proposição curricular e a prática pedagógica escolar atual, como podemos observar no dia a dia em nossas escolas de Ensino Médio.

**3º Movimento** – De que forma a Base Nacional Comum irá contribuir para a formação do professor do Ensino Médio?

Quando pensamos e analisamos toda história da educação do Brasil, não podemos deixar de falar da formação e valorização do professor e entendemos que a Base Nacional Comum Nacional, só vai funcionar se você tiver os recursos para implementar as mudanças que ela requer. Precisamos de investimento na formação dos professores que vão colocar as mudanças em prática, porque o sucesso ou não na Base depende do professor que está na linha de frente, assim como também será necessário investimento para elaborar os materiais didáticos para o trabalho de ensino/aprendizagem com a Base Nacional Comum.

Entendemos que, a Base seja o salto principal para que ocorram esses investimentos tão necessários e já tão tardios. Como aborda todos os aspectos da educação, o currículo, o

jeito de ensinar, ela é um pretexto para você começar de novo – não do zero, mas treinando outra vez os professores, criando novos materiais pedagógicos – e se livrar um pouco do que a gente chama de legado, tudo aquilo que permaneceu no sistema educacional por inércia. Infelizmente, a Base, para sua implantação precisa de muito recurso, está sendo discutida numa época em que o Brasil, o mundo está em uma situação financeira difícil, com problemas de refugiados, excessos de imigrantes de várias partes do mundo, dentro de um contexto histórico muito conturbado, mas que devemos aproveitar esse momento mundial para repensar que educação nós enquanto educadores desejamos para nossos filhos, nossos alunos, com um novo olhar.

Quando se fala em reformas na educação, qualquer reforma do governo tem que atingir a milhões de professores. Quando se fala da formação genérica, se não der certo o mundo não vai cair: a educação já está ruim e continuará assim. Já colocar em prática uma Base Nacional Comum sem ter todos os componentes alinhados vai provocar um desastre muito maior. Daí a preocupação com a praticidade do cronograma de implantação, de fazer isso em curto prazo em 16, 17 disciplinas em um país continental como o Brasil.

O Art. 56. A tarefa de cuidar e educar, que a fundamentação da ação docente e os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação instauram, reflete-se na eleição de um ou outro método de aprendizagem, a partir do qual é determinado o perfil de docente para a Educação Básica, em atendimento às dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas.

§ 1º Para a formação inicial e continuada, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, deverão incluir em seus currículos e programas:

- a) o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a Educação para e na cidadania;
- b) a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área Educacional;
- c) a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino;
- d) a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto político-pedagógico, mediante trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis.

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

§ 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções

do professor.

§ 2º Os programas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, vinculados às orientações destas Diretrizes, devem prepará-los para o desempenho de suas atribuições, considerando necessário:

- a) além de um conjunto de habilidades cognitivas, saber pesquisar, orientar, avaliar e elaborar propostas, isto é, interpretar e reconstruir o conhecimento coletivamente;
- b) trabalhar cooperativamente em equipe;
- c) compreender, interpretar e aplicar a linguagem e os instrumentos produzidos ao longo da evolução tecnológica, econômica e organizativa;
- d) desenvolver competências para integração com a comunidade e para relacionamento com as famílias.

Art. 58. A formação inicial, nos cursos de licenciatura, não esgota o desenvolvimento dos conhecimentos, saberes e habilidades referidas, razão pela qual um programa de formação continuada dos profissionais da educação será contemplado no projeto político-pedagógico.

Art. 59. Os sistemas educativos devem instituir orientações para que o projeto de formação dos profissionais preveja:

- a) a consolidação da identidade dos profissionais da educação, nas suas relações com a escola e com o estudante;
- b) a criação de incentivos para o resgate da imagem social do professor, assim como da autonomia docente tanto individual como coletiva;
- c) a definição de indicadores de qualidade social da educação escolar, a fim de que as agências formadoras de profissionais da educação revejam os projetos dos cursos de formação inicial e continuada de docentes, de modo que correspondam às exigências de um projeto de Nação.

## **METODOLOGIA**

Para a consecução da preparação da pesquisa serão identificadas generalidades do sistema Estadual de Educação e singularidades próprias do contexto do Município de Barueri, situada na grande São Paulo.

A rede de Ensino da cidade de Barueri foi 100% municipalizada de 1º ao 9º ano e a responsabilidade pelo Ensino Médio ficou à Secretaria Estadual de Educação, sendo composta por 16 escolas, com 13.819 alunos matriculados no ensino regular, em virtude da nova reestruturação organizacional do Governo do Estado. Especificamente essas escolas serão o nosso sujeito de pesquisa.

Por esses motivos, considera-se que a escolha das escolas de Ensino Médio do Município de Barueri como campo empírico desta pesquisa é bastante apropriada. Com

uma das melhores infraestruturas dentre os municípios do Brasil.

A partir de um mapeamento do Ensino Médio da cidade de Barueri, pretende-se, trabalhando com dados existentes, ouvir o professor/educador que está em exercício, considerando a sua visão, seus anseios em relação à Base Curricular Comum para o Ensino Médio.

Os sujeitos desta pesquisa serão, portanto, os professores atuantes no Ensino Médio regular público estadual da cidade de Barueri no referido período de 2015 a 2018.

No primeiro momento, será efetuada análise documental tomando-se a revisão da literatura acadêmico-científica, leitura e análise de bibliografia sobre a Base Nacional Comum e suas implicações, leitura de documentos oficiais produzidos em âmbito nacional pertinentes ao tema em estudo.

No segundo momento, serão tomados os testemunhos como foco de análise. Para tanto, professores das escolas de Ensino Médio Regular que compõe a rede estadual de Barueri responderão a questionários padronizados que detectem sua participação, dúvidas, contribuições, questionamentos e anseios sobre a Base Nacional Comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consequentemente, defrontar com a criação da Base Nacional Curricular é colocar à toda a sociedade, mais uma vez, todos os problemas educacionais que envolve o Sistema educacional, principalmente o Ensino Médio e tentar, de algum modo, criar soluções contextuais.

Entendemos que se não houver mudança de paradigmas estruturais e conjunturais em todas as instâncias do espaço educacional e na maneira de repensar o ensino e a aprendizagem, não vamos atingir uma Educação de Qualidade nem garantir o Direito de Aprendizagem a todos nem o tão esperado Desenvolvimento Humano.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Parecer CEB n. 4, de 29 de janeiro de 1998. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental**.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação – **PNE**, Lei n. 10.172/2001.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.114 - de 16 de maio de 2005 - DOU de 17/5/2005. Modifica redação dos artigos 6º, 30º, 32º e 87º da **LDBEN** n. 9394/96.

\_\_\_\_\_. Subsídios para Diretrizes Curriculares Nacionais específicas da educação básica. Brasília, MEC, 2009.

\_\_\_\_\_. Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do PNE. Brasília, 2014. Disponível em [http://pne.mec.gov.br/pdf/pne\\_conhecendo\\_20 \\_metas. pdf](http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf). Acessado em 10 de outubro de 2014.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1997.

PREAL & FUNDAÇÃO LEMANN. Saindo da inércia? **Boletim da Educação no Brasil, São Paulo**, Fundação Lemann, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **A lei da educação**. Brasília: Senado Federal, 1992.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Currículo escolar e justiça social: o cavalo de troia da educação**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 3 ed. São Paulo: Autores Associados, 1997.

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/precisamos-rever-o-ensino-medio-diz-ministro-da-educacao-sobre-ideb.html> pesquisa

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 1, 2, 3, 6, 7, 43, 97, 173, 253, 254, 261

Alunos 6, 7, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 22, 24, 27, 28, 29, 34, 35, 37, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 81, 82, 83, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 125, 127, 128, 129, 130, 134, 138, 140, 144, 146, 147, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 169, 173, 177, 178, 181, 182, 189, 190, 191, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 233, 234, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260

Aprendizagem 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 23, 27, 28, 29, 30, 36, 37, 41, 42, 43, 52, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 84, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 97, 101, 107, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 122, 125, 126, 127, 130, 134, 135, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 160, 161, 166, 167, 172, 174, 179, 182, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 210, 211, 215, 216, 217, 219, 225, 235, 237, 244, 248, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 262

Avaliação 42, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 78, 79, 95, 102, 104, 106, 116, 117, 120, 128, 130, 133, 156, 164, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 190, 194, 196, 200, 205, 206, 207, 209, 210, 216, 217, 218, 219, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 245

### C

Cinemática 163, 164, 165

Computador 9, 10, 11, 12, 15, 16, 18, 21

Cuidadores 121, 122, 123, 127, 128

Currículo 12, 20, 68, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 81, 85, 109, 131, 145, 154, 157, 178, 187, 191, 261, 263

### D

Deficiência Visual 87, 154, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 211

Desempenho Acadêmico 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182

Diário Íntimo 34, 37, 39, 40, 42, 43, 45, 47, 48, 51

Diversidade 61, 74, 75, 77, 81, 110, 111, 130, 134, 140, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 189, 201, 203, 217

### E

Educação 2, 5, 8, 9, 10, 11, 20, 21, 22, 23, 32, 42, 60, 61, 62, 63, 64, 70, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 119, 124,

125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 162, 163, 174, 175, 176, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 211, 213, 215, 218, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 249, 250, 251, 253, 254, 257, 259, 261, 262, 263

Educação Infantil 11, 14, 21, 23, 58, 75, 79, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 154, 161

Ensino-Aprendizagem 9, 10, 12, 27, 111, 116, 119, 122, 158, 172, 202, 207, 211, 237, 244, 250

Ensino de Biologia 110, 112

Ensino de Física 164, 169

Ensino de Genética 110, 111, 119

Ensino de Química 199, 200, 201, 211, 212

Ensino Fundamental 14, 34, 42, 49, 50, 51, 52, 69, 70, 75, 77, 79, 80, 84, 97, 108, 122, 131, 152, 154, 184, 187, 191, 197, 213, 215, 216, 252, 253, 259, 260, 261, 262

Ensino Médio 20, 42, 52, 65, 66, 70, 74, 75, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 91, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 154, 174, 191, 199, 200, 201, 202, 205, 211, 243, 245, 250, 251, 263

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 30, 32, 34, 38, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 93, 94, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 121, 122, 125, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 138, 139, 140, 144, 147, 148, 153, 155, 157, 160, 161, 162, 165, 173, 182, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 201, 213, 214, 215, 216, 217, 238, 247, 248, 250, 259, 261, 262

Exclusão na História 121

## F

Família 1, 2, 3, 5, 6, 7, 47, 48, 56, 59, 62, 63, 78, 124, 125, 127, 160, 246

Formação Continuada 9, 10, 11, 13, 14, 15, 19, 20, 21, 83, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 174, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 197, 198, 250, 259, 260

Formação Docente 9, 21, 22, 109, 110, 111, 118, 119, 121, 128, 130, 138, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 176, 187, 188, 198, 219, 225

Fotografia 86, 87, 88, 89, 92, 95, 96, 238, 239, 246, 251

## G

Gêneros Textuais 34, 35, 36, 39, 51, 52

Gestão Escolar 184, 196

## H

História Local 86, 88

## I

Inclusão 9, 15, 17, 20, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 64, 121, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 144, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 199, 201, 211, 212  
Interdisciplinaridade 86, 87, 98, 99, 101, 170, 259, 260, 261

## J

Jogo Didático 110, 119

## K

Kit Didático 199, 200, 201, 204, 211

## L

Legislação 57, 130, 141, 150, 152, 203, 231  
Letramento 1, 3, 163, 165, 245

## M

Mídias Educacionais 163, 164, 165, 167, 168

## P

PIBID 109, 110, 111, 112, 113, 117, 118, 119, 249, 251, 261  
Prática Pedagógica 9, 12, 13, 18, 19, 27, 58, 67, 73, 81, 86, 87, 105, 131, 132, 133, 134, 137, 139, 144, 145, 146, 147, 148, 166, 185, 188, 197, 199, 201, 202, 203, 211  
Professor 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 29, 32, 36, 37, 38, 41, 52, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 115, 118, 127, 128, 132, 133, 139, 140, 141, 146, 147, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 166, 167, 169, 172, 173, 174, 178, 182, 183, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 196, 197, 199, 201, 203, 205, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 225, 226, 246, 247, 248, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 261, 263  
Profissionalização Docente 163, 164, 165, 166, 173, 174  
Protagonismo 31, 54

## S

Saúde do Professor 99, 100, 101  
Situação Acadêmica 175, 181

## T

Tecnologia 15, 16, 17, 18, 59, 62, 63, 80, 87, 96, 119, 145, 147, 163, 164, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 199, 200, 201, 211, 213, 263

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

**Atena**  
Editora

Ano 2020

# FORMAÇÃO DE PROFESSORES: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PRÁTICAS NA AÇÃO DOCENTE 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 